O ESPÍRITO DAS LEIS DE MONTESQUIEU

Autor(res)

Cleidimar Silva Franca Rezende
Jucimar Dourado Dos Santos

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

Em O Espírito das Leis, publicado em 1748, Montesquieu adotou um tom menos jocoso. Em vez de satirizar os costumes franceses como fez em As Cartas Persas, ofereceu uma ampla análise comparativa das instituições governamentais.
Argumentou que o tipo de governo variava conforme as circunstâncias. Essa ideia pode não parecer muito radical hoje, mas no século XVIII implicava que os governos da época não precisavam ser permanentes.
Assim como Locke, Montesquieu argumentava que o governo não se baseava na autoridade dos pais em suas famílias. Em vez disso, o melhor governo era aquele que melhor se adequava à natureza das pessoas em questão.

Objetivo

O objetivo do capítulo é estabelecer que Montesquieu foi tanto um filósofo moral quanto um teórico político, como revelam numerosos discursos, dissertações e diálogos recentemente traduzidos para o inglês. Seu propósito ao escrever O Espírito das Leis, observou ele em seu "Prefácio", era fornecer razões para amar os próprios "deveres", ao mesmo tempo em que encorajava os leitores a "praticar a virtude geral que inclui o amor a todos". Em um fragmento descartado de seu "Prefácio", ele chegou a chamar sua obra de "um tratado sobre moralidade".

Material e Métodos

Em sintonia com esse interesse renovado, a Anthem Press lançou recentemente uma nova tradução e comentário sobre a obra-prima de Montesquieu, O Espírito das Leis, de William B. Allen. Allen, que serviu nos governos Reagan e Bush e publicou extensivamente sobre a fundação dos Estados Unidos, certamente não precisava publicar esta tradução e comentário por qualquer necessidade profissional. Em vez disso, sua obra exala não apenas curiosidade intelectual, mas também amor pessoal pelo assunto.
Este volume também tem uma longa história. Em seu prefácio a O Espírito das Leis, Montesquieu escreve: "Peço uma consideração que temo que alguns não me concederão: a saber, não julgar por um momento de leitura uma obra de vinte anos". William B. Allen trabalha nesta tradução há mais de cinquenta anos.

Resultados e Discussão

O interesse acadêmico por Montesquieu, o pensador político francês do século XVIII, floresceu nos últimos 20

anos. Além de analisar mais a fundo sua ligação de longa data com os fundadores americanos, estudiosos o buscaram em busca de reflexões sobre relações internacionais, despotismo e a relação entre cultura e direito.
A liberdade é a prioridade entre os bens cardeais. Montesquieu coloca a centralidade da liberdade de forma mais famosa no Livro 11, onde ela recebe um status privilegiado entre os propósitos que os regimes podem buscar. No entanto, Allen vê outras pistas, entendendo os livros 15 a 17 como centrais para a obra, com seu foco na liberdade do indivíduo da escravidão civil, doméstica e política. A liberdade também mantém uma relação de ordenação com os outros bens cardeais que Allen lista, possibilitando-os ou servindo como o objetivo maior que esses outros bens perseguem.

Conclusão

Ao longo de O Espírito das Leis, Montesquieu aborda criticamente as práticas e ideias despóticas da Europa e demonstra que tais ideias nocivas podem persistir por gerações, até mesmo milênios. Uma vez escritas, as ideias ganham vida própria; embora escritas em um contexto histórico, podem sobreviver para que os leitores as adotem e apliquem em outro. Reconhecendo a possibilidade de progresso na história humana e apontando especialmente para os efeitos positivos do comércio e do advento de assembleias representativas, ele simultaneamente observa a possibilidade sempre presente de regressão. Ele indica que um indivíduo perspicaz em qualquer época histórica pode discernir os efeitos salutares do comércio e aponta Alexandre, o Grande, como um desses indivíduos excepcionais. A conclusão explora as semelhanças entre o projeto de Montesquieu e aquele que ele atribui a Alexandre e observa que Montesquieu se considera um novo tipo de fundador do pensamento.

Referências

Montesquieu the spirit of the laws. Disponível em: <https://constitutioncenter.org/the-constitution/historic-document-library/detail/montesquieuthe-spirit-of-the-laws-1748>. Acesso em: 09 de mai. de 2025.
Montesquieu the spirit of the laws. Disponível em: <https://revolution.chnm.org/d/274/>. Acesso em: 09 de mai. de 2025.
Montesquieu the spirit of the laws. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/abs/cambridge-companion-to-montesquieu/spirit-of-the-laws/7FB11F50AF28D35708BC797BB5790D05>. Acesso em: 09 de mai. de 2025.
Montesquieu the spirit of the laws. Disponível em: <https://academic.oup.com/chicago-scholarship-online/book/13032/chapter-abstract/166237538?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 09 de mai. de 2025.
Montesquieu the spirit of the laws. Disponível em: <https://lawliberty.org/book-review/revisiting-montesquieus-the-spirit-of-the-laws/>. Acesso em: 09 de mai. de 2025.